

ENTRE A EJA E A UNIVERSIDADE: BARREIRAS DO ACESSO

Eixo temático: 5 - Acesso, permanência e evasão de estudantes da educação superior pública e sua interface com demandas do ensino médio público, na perspectiva da inclusão.

Lourdes Aparecida de Souza, Programa de Pós-graduação Universidade Estadual de Mato Grosso/ UNEMAT - Rede Universitsa/BR, e-mail: lourdes.sme.emjp@gmail.com

Introdução

Este trabalho parte da minha trajetória pessoal vivida na Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas décadas de 1990 e início dos anos 2000, período em que o acesso à escolarização foi marcado por inúmeras interrupções, desafios materiais e simbólicos, e pela constante sensação de não estar “preparada o suficiente” para avançar ao ensino superior. Essa experiência resultou no adiamento do meu ingresso na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), evidenciando como as desigualdades educacionais não se limitam ao acesso à escola básica, mas se prolongam ao longo da trajetória formativa.

No cenário atual, observa-se que muitos desses desafios persistem e, em alguns contextos, se intensificam com o desmonte da EJA, especialmente em Mato Grosso, afetando diretamente estudantes trabalhadores e grupos socialmente vulnerabilizados.

Diante desta constatação o presente trabalho teve como objetivo geral: Analisar as relações entre o desmonte da EJA em Mato Grosso e seus impactos no acesso, permanência e conclusão da educação superior na UNEMAT.

Para o alcance desta finalidade traçou-se como objetivos específicos: - Compreender a trajetória histórica da EJA no Brasil e suas contradições; - Analisar os efeitos do fechamento de unidades da EJA em Mato Grosso; - Discutir as barreiras objetivas e subjetivas enfrentadas por estudantes oriundos da EJA no ingresso ao ensino superior.



Dessa forma, busca-se relacionar experiência vivida e realidade atual, evidenciando como a fragilização da EJA repercute diretamente na democratização do ensino superior público.

EJA no Brasil: trajetória histórica e avanços legislativos na garantia do direito à educação

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil possui uma trajetória marcada por ações descontínuas, mas fundamentais para a garantia do direito à educação. Durante o período colonial, a educação limitava-se à catequização promovida pelos jesuítas, sem políticas voltadas aos jovens e adultos. Somente no século XX surgiram iniciativas mais estruturadas de alfabetização popular, impulsionadas pela industrialização e urbanização.

Segundo Paulo Freire (1987), a alfabetização deveria ultrapassar o domínio da leitura e escrita, tornando-se instrumento de conscientização social. Para o autor, a educação de adultos precisava considerar a realidade vivida pelos sujeitos. Suas ideias influenciaram diretamente os programas de alfabetização, especialmente na década de 1960.

No campo legislativo, a Constituição de 1934 reconheceu a educação como direito de todos. Posteriormente, a Lei nº 4.024/1961, primeira LDB, reconheceu a educação de adultos como modalidade de ensino. Durante o regime militar, foi criado o MOBRAL, pela Lei nº 5.379/1967, com o objetivo de reduzir o analfabetismo. Contudo, o programa recebeu críticas por priorizar resultados quantitativos sem promover formação crítica dos educandos, conforme apontam Sérgio Haddad e Maria Clara Di Pierro (2000).

A Constituição Federal de 1988 consolidou a educação como direito social e garantiu o ensino fundamental gratuito para aqueles que não tiveram acesso na idade própria. Em seguida, a LDB nº 9.394/1996 reconheceu oficialmente a EJA como modalidade da Educação Básica. Para Miguel Gonzáles Arroyo (2005), a EJA constitui uma política de reparação histórica para grupos socialmente excluídos.

Nos anos 2000, destacaram-se o Programa Brasil Alfabetizado e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, fortalecendo a valorização das experiências dos



educandos. Atualmente, a modalidade permanece assegurada pela legislação brasileira, embora ainda enfrente desafios relacionados ao acesso, permanência e evasão escolar.

O Desmonte da EJA em Mato Grosso

Nas últimas décadas, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Mato Grosso tem passado por profundas transformações, marcadas pela redução da oferta presencial, fechamento de Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAs) e reorganização da rede estadual. Embora o governo apresente essas medidas como modernização administrativa, sindicatos, pesquisadores e movimentos sociais apontam impactos negativos no acesso e permanência de estudantes trabalhadores.

Nos anos 2000, Mato Grosso ampliou a oferta da EJA por meio dos CEJAs, destinados a jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica na idade regular. Contudo, a partir de 2019, intensificou-se a política de fechamento e municipalização de escolas estaduais, atingindo diretamente a modalidade. Denúncias do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso indicam o encerramento de mais de 100 unidades escolares entre 2020 e 2024, incluindo CEJAs em municípios como Juara, Várzea Grande e Colíder.

O fechamento dessas unidades tem dificultado o acesso de estudantes trabalhadores, moradores da periferia e idosos, que dependem do ensino noturno e da proximidade da escola. Em Várzea Grande, o encerramento do CEJA Licínio Monteiro gerou denúncias de abandono escolar e transferência compulsória de estudantes para unidades distantes. Já em Barra do Bugres, estudantes acionaram o Ministério Público contra o fechamento de turmas noturnas, alegando aumento da evasão escolar.

Essas mudanças podem ser compreendidas no contexto das políticas ultraneoliberais, marcadas pela redução do papel do Estado e racionalização dos gastos públicos. Segundo David Harvey (2008), o neoliberalismo prioriza a eficiência econômica em detrimento dos direitos sociais. Nesse cenário, a redução da EJA reflete uma política voltada à contenção de despesas e à reorganização gerencial da rede pública.



Embora o governo justifique as medidas como forma de ampliar investimentos em tecnologia e infraestrutura, entidades educacionais criticam a ausência de diálogo com a comunidade e o enfraquecimento do direito à educação pública. Para Miguel Gonzáles Arroyo (2005), a EJA deve ser compreendida como política de reparação social, e não apenas como mecanismo de redução estatística do analfabetismo.

EJA e Ensino Superior: Permanências da Exclusão

A trajetória da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil revela a luta pelo reconhecimento da educação como direito social de sujeitos historicamente excluídos. Desde as primeiras campanhas de alfabetização até sua consolidação na Constituição Federal de 1988 e na LDB de 1996, a EJA foi construída como política de reparação social destinada às classes trabalhadoras e grupos marginalizados. Nesse contexto, Paulo Freire (1987) defende uma educação voltada à conscientização e emancipação dos educandos.

Apesar dos avanços legais, a EJA permanece marcada pela descontinuidade das políticas públicas e pela precarização da oferta. Em Mato Grosso, esse cenário se intensificou a partir de 2019, com o fechamento de CEJAs, redução da oferta presencial e encerramento de turmas noturnas. O chamado "redimensionamento" da rede estadual fragiliza o acesso à escolarização de estudantes trabalhadores, periféricos e idosos.

Esse processo compromete diretamente a tríade do acesso à educação: ingresso, permanência e conclusão. A redução da oferta dificulta o ingresso devido à distância, incompatibilidade de horários e falta de transporte. A permanência também é afetada, pois muitos estudantes precisam conciliar trabalho, família e estudo, ampliando a evasão escolar e reduzindo a conclusão da educação básica.

Os impactos alcançam o ensino superior, especialmente na Universidade do Estado de Mato Grosso. Embora a universidade tenha ampliado formas de ingresso, como análise curricular em licenciaturas, isso não garante democratização do acesso. Para muitos estudantes oriundos da EJA, as barreiras são também subjetivas, marcadas pela insegurança, baixa autoestima e sentimento de não pertencimento ao espaço universitário.



Historicamente, estudantes da EJA carregam trajetórias de exclusão, interrupções escolares e desvalorização social. Assim, mesmo com flexibilização dos processos seletivos, muitos não se sentem preparados ou estimulados a ingressar no ensino superior. A ausência de políticas de transição entre EJA e universidade reforça esse distanciamento.

Nesse contexto, o desmonte da EJA em Mato Grosso ultrapassa a educação básica e compromete a democratização do ensino superior público. A defesa da EJA, portanto, envolve não apenas alfabetização e certificação, mas também a garantia do acesso, permanência e conclusão no ensino superior.

Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, com foco na análise das políticas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), do desmonte da EJA em Mato Grosso e de seus impactos no acesso ao ensino superior na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

A investigação baseia-se em autores como Paulo Freire, Miguel Gonzáles Arroyo e David Harvey, articulando categorias como direito à educação, desigualdade social e neoliberalismo.

O corpus inclui legislações educacionais (Constituição Federal de 1988, LDB/1996 e PNE/2014) e informações do SINTEP-MT sobre o fechamento de unidades da EJA no estado. A análise dos dados foi realizada por meio de análise de conteúdo temática, organizada em três eixos: trajetória da EJA no Brasil, impactos do desmonte da EJA em Mato Grosso e implicações para o acesso, permanência e conclusão no ensino superior. Essa metodologia permite compreender as políticas educacionais em sua dimensão histórica e social, evidenciando seus efeitos sobre sujeitos historicamente excluídos.

Considerações finais

Os resultados evidenciam que o desmonte da EJA em Mato Grosso compromete diretamente a tríade do acesso à educação - ingresso, permanência e conclusão - ao restringir oportunidades de escolarização de jovens, adultos e idosos historicamente excluídos. Esse

processo impacta de forma significativa a transição para o ensino superior na UNEMAT, onde barreiras objetivas e subjetivas limitam a entrada e o pertencimento desses sujeitos. Conclui-se que a fragilização da EJA compromete não apenas a educação básica, mas também a efetiva democratização do ensino superior público.

Referências bibliográficas

ARROYO, Miguel Gonzáles. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (org.). Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1934.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1961.

BRASIL. Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos. Brasília, DF, 1967.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF, 2000.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 14, p. 108-130, maio/ago. 2000.

HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.